

Escolas terão reajuste maior

educação

res cercam uma banca da Central do Brasil para comprar a edição extra do GLOBO com o novo listão de preços da Sunab

do que o dos professores

BRASÍLIA — A fórmula de cálculo das mensalidades escolares, com base na média dos últimos seis meses, vai dar às escolas reajuste muito maior que o concedido aos professores. Pelas contas do Governo, o reajuste das mensalidades ficará entre 66,13 por cento e 73,4 por cento em relação à última semestralidade. Os professores, cuja maioria tem data-base em março, terão reajuste de 52,8 por cento.

No Município do Rio de Janeiro, o reajuste médio das mensalidades ficará em 66,13 por cento e o salário dos professores, que terão dissídio coletivo em abril, será reajustado em apenas 38,55 por cento.

O Decreto que regulamenta o reajuste das semestralidades já está na mesa do Secretário-Geral do Ministério da Educação, Aloísio Sotero. Falta resolver apenas algumas questões semânticas para que o Decreto seja publicado, o que deverá acontecer na próxima terça-feira. Ontem Sotero reuniu a imprensa em seu gabinete e, com uma caneta hidrocor vermelha na mão, uma máquina de calcular na outra e quatro folhas de papel sobre a mesa, mostrou que deverá haver quatro índices básicos de reajuste, que variarão de acordo com os índices autorizados pelos conselhos de Educação e homologados pelas secretarias de Educação para os meses de janeiro e fevereiro. Eis os índices:

1) Nos locais onde foi homologado aumento de 69 por cento para os meses de janeiro e fevereiro, o reajuste será de 66,13 por cento em relação à última semestralidade do ano passado. É o caso das escolas do Município do Rio de Janeiro. O pai de aluno que pagou uma semestralidade de Cr\$ 600 mil (6 x Cr\$ 100 mil) no

segundo semestre de 1985 vai pagar, a partir de agora (as mensalidades de março em geral são pagas entre 28 de março e 10 de abril, Cr\$ 166,13 por mês);

2) Reajuste de 69,53 por cento para os locais que tiveram reajuste autorizado de 69 por cento para as mensalidades de janeiro e 89,35 por cento para as mensalidades de fevereiro. Este é o caso da maioria das escolas de Primeiro e Segundo Graus do

O índice vai variar de acordo com os aumentos homologados pelas secretarias

País, onde os professores têm dissídio coletivo em março. Apenas o Município do Rio de Janeiro e os Estados de Pernambuco, Minas Gerais e Maranhão não se enquadram neste caso. Com relação a este índice existe uma peculiaridade: o Governo acabou autorizando um reajuste maior que o pedido pelas próprias escolas. O MEC, a princípio, pretendia conceder reajuste de 52,8 por cento (equivalente ao índice do reajuste dos professores). Quando a discussão das mensalidades passou para a esfera do Ministério do Planejamento, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo passou a pedir um reajuste de 68 por cento e acabou por conseguir 69,53 por cento;

3) O terceiro caso é específico do Estado de Minas Gerais, que teve um reajuste de 69 por cento em janeiro e 101,42 por cento em fevereiro. Agora, as mensalidades vão subir 71,54 por cento em relação à última mensalidade do ano passado;

4) O quarto e último caso refere-se às escolas de pernambuco e às escolas superiores de todo o País, que tiveram um aumento de 89,35 por cento nos meses de janeiro e fevereiro. Neste caso, o reajuste agora será de 73,4 por cento. Ou seja, quem pagava uma mensalidade de Cr\$ 100 mil em dezembro vai passar a pagar Cr\$ 173,40, em vez dos antigos Cr\$ 189.350 pagos em janeiro e fevereiro.

Segundo o Secretário-Geral do Ministério da Educação, Aloísio Sotero, deverão existir casos específicos, que serão corrigidos de acordo com determinações dos conselhos de Educação (Federal, Estaduais e Municipal, no caso do Rio de Janeiro). No Rio de Janeiro especificamente deverá haver um ajuste entre o aumento autorizado para as escolas superiores (73,4 por cento) e o que será pago aos professores (38,55 por cento) para que as escolas não aumentem as mensalidades.

— Os impactos serão diferenciados de acordo com o grau de ensino. As novas medidas não corrigem distorções anteriores. Elas vão levar as escolas a alterar a administração de custos, melhorando a produtividade administrativa e racionalizando seus custos — explicou Aloísio Sotero, que acredita que os novos índices vão ampliar a faixa de negociação entre os professores e a direção das escolas.

Ontem, o Secretário-Geral do MEC enviou telex a todas as delegacias regionais do Ministério nos Estados e Territórios para que elas recebam reclamações, promovam as orientações e acompanhem a efetiva aplicação do Decreto. O MEC agora está avaliando o impacto do reajuste no custo das escolas por regiões do País.